

---

## EDITORIAL

---

### Os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Reforma do Ensino Médio

O Ensino Médio adquiriu nova identidade a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996, quando passou a ser a etapa final da educação básica, tendo por finalidade a consolidação da formação geral do educando, assim como sua formação ética e o desenvolvimento de autonomia intelectual. Ao mesmo tempo em que o Ensino Médio está livre das correntes do exame vestibular e da formação técnico-profissional, terá que garantir ao aluno formação suficiente para que seu prosseguimento nos estudos ou seu ingresso no contexto do trabalho seja uma escolha pessoal.

A fim de expressar as intenções legais e os pressupostos pedagógicos e filosóficos da LDB, foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), que passam a ter força de lei. E, para oferecer aos docentes subsídios que possam contribuir para a implementação da Reforma de Ensino pretendida pelo MEC, foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que sugerem uma reorganização curricular por áreas de conhecimento e tratam das disciplinas tradicionalmente presentes nesse nível de ensino.

Além da nova identidade e da divisão do conhecimento nas áreas de Línguas e Códigos, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas, os PCNs acrescentam em cada uma delas suas respectivas Tecnologias. Destacam que os eixos norteadores da construção do conhecimento serão a interdisciplinaridade e a contextualização e oferecem um rol de competências e habilidades a serem trabalhadas em cada uma das disciplinas que compõem o currículo escolar nos campos da representação e comunicação, investigação e compreensão e contextualização sócio-cultural.

A formação por competências se contrapõe à concepção de ensino centrada em objetivos gerais e específicos, focalizados unicamente no conhecimento. Na formação por competências, o aluno terá que ser capaz de mobilizar recursos cognitivos com discernimento, dentre eles os conhecimentos, diante de determinada situação-problema em tempo real e mediante uma transposição de contexto. Daí a importância da escola trabalhar também a formação de valores e atitudes, conforme ressaltam os PCNs, pois o aluno terá que estar em condições de avaliar, decidir e fazer escolhas frente a tais situações.

Isso implica rever não só os conteúdos a ensinar, mas também o papel de cada um dos envolvidos no ambiente escolar. Tal reorientação terá que conduzir a um processo efetivamente coletivo de elaboração do projeto político-pedagógico da escola, o qual buscará atender inclusive às demandas da comunidade escolar através da parte

diversificada do currículo, que poderá ocupar até 25% do total da grade curricular. As demais disciplinas constituem o núcleo comum.

Conforme os PCNs, o professor é o principal protagonista de qualquer reforma de ensino. Desse modo, é importante que haja uma compreensão pelos docentes das dimensões da proposta contida nos documentos do MEC, LDB, DCNEM e PCNs, para que cada vez mais estejam presentes na escola as discussões sobre a Reforma de Ensino. Essa compreensão não deve limitar-se a apenas algumas partes dos documentos, pois pode levar a equívocos e interpretações discutíveis de ações que supostamente estariam implementando tais mudanças na sala de aula.

Para cada uma das disciplinas, os PCNs enfatizam vários assuntos a serem trabalhados e sugerem a supressão de outros. Entretanto, mais importante que alterar conteúdos é refletir e analisar a prática pedagógica e rever a concepção de Ciência e de ensino de Ciência, pautadas, respectivamente, na neutralidade, no dogmatismo e na transmissão-recepção de conhecimentos, que ainda se mostram presentes na sala de aula. Para isso, somente a leitura dos PCNs não é suficiente. É necessário prover os docentes de instrumentos teóricos, tais como: a noção de Transposição Didática, de Contrato Didático, de Alfabetização Científica e Tecnológica, do enfoque Ciência, Tecnologia e Sociedade, de Concepções Alternativas, de Modelos e Modelizações e outros. Isso remete à formação inicial e continuada. Assim, o professor poderá reorientar sua prática a partir de propostas que ajudará a elaborar e não será um mero executor.

Ainda que sujeitos a discussões e críticas, inclusive do contexto da reforma pretendida, os PCNs apontam para uma direção que pode tornar o ensino das Ciências mais moderno, proporcionando aprimoramento pessoal e coletivo. Destacando-se ainda que as escolhas didáticas não podem simplesmente considerar o utilitarismo como critério de justificação dos assuntos exigidos e a ensinar, mas deve estar presente o propósito ético-político que a escola tem como fim.

Elio Carlos Ricardo  
Mestrado em Educação  
Departamento de Metodologia de Ensino – UFSC